

- LXXII -**REFORMAS EDUCACIONAIS, AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO:
REPERCUSSÕES DA PROVA BRASIL EM DOIS MUNICÍPIOS**

Luciana Leandro da Silva
UFCG/Brasil
luleandro@gmail.com

Álvaro Moreira Hypolito
UFPel/Brasil
alvaro.hypolito@gmail.com

Introdução

Neste trabalho apresentam-se alguns resultados e reflexões de uma pesquisa mais ampla acerca das repercussões da Prova Brasil na produção de currículos e práticas docentes em dois municípios brasileiros.

As políticas de avaliação em larga escala precisam ser compreendidas a partir de uma análise acurada acerca das mudanças no setor produtivo e na economia, compreendendo as políticas educacionais como elemento estratégico do processo de reforma do Estado e da reordenação do seu papel no contexto de intensificação do neoliberalismo e da adoção do modelo pós-burocrático de regulação como política hegemônica.

O discurso da modernização do Estado brasileiro tem ganhado força desde a década de 1990, sob o pretexto de flexibilizar e agilizar a gestão das políticas públicas, focalizando-as nos destinatários, os quais não são entendidos como usuários ou sujeitos de direito, mas como clientes, o que garantiria maior eficiência na prestação de serviços. Tal modernização também estaria calcada na ideia de que o Estado não poderia ter exclusividade no fornecimento de serviços, mas deveria permitir a participação de novos atores da sociedade civil, ficando responsável apenas pela avaliação dos resultados. De tal forma, a Nova Gestão Pública, ao mesmo tempo em que alimenta o discurso da flexibilização, descentralização e transparência da gestão, induz novas estratégias de controle e regulação baseadas na produção de dados estatísticos e de evidências, na comparação numérica e no controle *a posteriori*, pautado no racionalismo, no neotecnicismo e na meritocracia.

A Prova Brasil foi criada em 2005, no processo de reordenamento e aprofundamento do sistema de nacional de avaliação (SAEB) e, a partir de então, foi possível gerar um indicador numérico (IDEB)

para comparar escolas e redes em termos de resultados. Trata-se de uma política de escopo nacional, com impactos relevantes nos diferentes estados e municípios do Brasil.

Nesse sentido, nosso objetivo foi analisar as repercussões da Prova Brasil na produção de currículos e práticas docentes em escolas municipais de Campina Grande (PB) e de Pelotas (RS). A escolha desses municípios se deu devido à colaboração estabelecida entre os pesquisadores e universidades participantes desse projeto. Realizou-se uma pesquisa qualitativa que consistiu em um amplo estudo bibliográfico e documental e na pesquisa de campo, a qual implicou visitas a oito (08) escolas municipais, quatro (04) em cada cidade, com a utilização de observação e entrevistas¹ com diretoras e professoras que lecionavam no 5º ano das diferentes escolas, as quais foram escolhidas com base nos resultados do IDEB (escolas com alto e baixo desempenho) e de acordo com a proximidade e facilidade de acesso às informações.

Desenvolvimento

A partir da compreensão da Prova Brasil e do IDEB como elementos centrais nesse processo de reordenamento do papel do Estado e aprofundamento da política de avaliação no país, um dos questionamentos que fizemos às profissionais que atuam nas escolas foi acerca das mudanças que vem ocorrendo na rede em função dessa política.

Constatou-se algumas semelhanças e diferenças com relação à importância atribuída à Prova Brasil e ao IDEB, de acordo com os contextos e sujeitos implicados nesse processo. O município de Campina Grande abraçou fortemente a política nacional de avaliação, pois a preocupação com a Prova Brasil e com o IDEB é um elemento central da política municipal, por meio da implantação das seguintes estratégias de indução e de responsabilização:

- adoção do 14º salário como mecanismo de premiação instalado no ano de 2013 por meio da Lei n. 072, de 10 de abril de 2013, o qual é pago aos/às funcionários/as das escolas com melhor rendimento no Ideb;
- aprovação da Lei n. 5372, de 03 de dezembro de 2013 que torna obrigatória a divulgação do Ideb pelas escolas do município;
- criação de um sistema próprio de avaliação, conhecido como Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem (SAMA).

Tais estratégias buscam claramente alterar a *performance* da rede, por meio da publicação de informações e de indicadores e da criação de mecanismos para estimular e comparar profissionais em termos de resultados (BALL, 2005). Além disso, várias parcerias foram estabelecidas com o objetivo de melhorar o desempenho da rede: com o Instituto Alpargatas (desde 2007) e com a Fundação Lemann (Gestão para a Aprendizagem, que ocorre desde 2016).

¹ Foram realizadas 22 entrevistas no total, sendo 10 em Campina Grande e 12 em Pelotas.

Em Pelotas, verificou-se que a avaliação externa está em segundo plano, pois não há por parte do município uma estratégia organizada e direcionada para a melhoria do desempenho nas provas, ainda que a atual gestão municipal esteja começando a sinalizar para a adoção de algumas medidas nesse sentido. Em 2011, houve a tentativa de implantação de um modelo de gestão gerencial, com a contratação de uma empresa (Falconi) que estaria encarregada de formar os gestores, processo que foi duramente rebatido e questionado pela comunidade educacional, de forma que o contrato foi cancelado. Apesar disso, algumas entrevistadas afirmam que isso não significa que a Secretaria Municipal de Educação de Pelotas (SMED) não esteja conduzindo uma política de acirramento do controle e de cobranças sobre as escolas, responsabilizando os profissionais pelo (in)sucesso das políticas.

Por não haver (ainda) uma política de forte indução para elevar o desempenho nas avaliações externas, as escolas pelotenses possuem maior espaço de autonomia para trabalhar a partir de suas necessidades específicas e daquilo que consideram adequado ao contexto social em que se encontram. Por isso, na maioria das escolas existe a concepção de que a melhoria do rendimento é resultado de um processo, o qual deve ter como ponto de partida a própria realidade escolar.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa apontam para a adoção privilegiada de um modelo de regulação pós-burocrática na educação, que se organiza em torno dos referenciais de Estado avaliador e *quase-mercado* (BARROSO, 2005), baseada no controle *a posteriori*, focado nos resultados, o que reforça e intensifica mecanismos de avaliação externa.

Constatou-se algumas semelhanças e diferenças com relação à importância atribuída à Prova Brasil e ao IDEB, de acordo com os contextos e sujeitos implicados nesse processo: o município de Campina Grande abraçou fortemente a política nacional de avaliação, enquanto em Pelotas, a implicação dos profissionais e sua aproximação com as universidades públicas lhe outorga maior nível de autonomia, quadro este que tende a se alterar, diante dos sinais que a administração municipal atual vem dando, no sentido de intensificar a cobrança de resultados nessas avaliações.

Em Pelotas, o processo de formação e intervenção iniciado pela Consultoria Falconi foi duramente questionado pela comunidade educacional, mas isso não significa que o município não esteja adotando práticas gerencialistas na sua forma de operacionalizar as atividades da rede.

Nesse sentido, é preciso considerar o significado do conceito de *quase-mercado* na educação, visto que não seria possível aplicar plenamente o modelo de mercado na educação pública, tendo em conta a natureza do ato educativo e a especificidade do trabalho docente, que ao lidar com sujeitos reflexivos e ativos, revela resistências e, portanto, que a submissão ao sistema capitalista não ocorre por completo,

ainda que se criem mecanismos fortes de indução da competitividade, produtividade, eficácia e eficiência, via avaliação de resultados e introdução de mecanismos de incentivo à meritocracia.

Por mais que se perceba o estabelecimento de mecanismos de estímulo, indução e parcerias, que indicam o aprofundamento da lógica gerencialista no funcionamento das redes, entende-se que a comunidade educacional é ativa, formada por sujeitos históricos reflexivos, capazes de intervir e resistir a essa lógica, na busca de construir uma educação de qualidade socialmente referenciada, baseada na autonomia dos profissionais e na gestão democrática das escolas.

Referências

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, 35 (126), 2005, pp.539-564.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, 26(92), 2005, p. 725–751.